



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE  
DISPENSA ELETRÔNICA

Processo nº 08220.000999/2023-17

**TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/21**  
**(Contratação Direta)**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).**

1.1. Aquisição de carimbos automáticos, borrachas para carimbo automático e refil para carimbo automático para a Superintendência Regional da Polícia Federal do Acre, visando suprir a demanda de carimbos para os diversos setores operacionais e suas delegacias descentralizadas, para consumo pelos servidores, colaboradores e atendimento ao público.

GRUPO 01	ITEM	QUANT.	UNI. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
	1	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 10 ( 10X27 ) mm COM BRASÃO DA PF	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
	2	150	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 20 ( 14X38 ) mm COM BRASÃO DA PF	R\$ 45,30	R\$ 6.795,00
	3	50	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 30 ( 18X48 ) mm COM BRASÃO DA PF	R\$ 47,98	R\$ 2.399,00
	4	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 50 ( 30X69 ) mm COM BRASÃO DA PF	R\$ 61,67	R\$ 616,70
	5	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO L 55 ( 40X60 ) mm COM BRASÃO DA PF	R\$ 73,25	R\$ 732,50
	6	10	UNI	CARIMBO AUTOMÁTICO R 30 ( 30X30 ) mm COM BRASÃO DA PF	R\$ 53,68	R\$ 536,80
	7	10	UNI	CARIMBO DATADOR M 43 Q (43X43 ) mm COM BRASÃO DA PF	R\$ 116,00	R\$ 1.160,00

8	10	UNI	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 10 (10X27) mm	R\$ 17,33	R\$ 173,30
9	30	UNI	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 20 (14X38) mm	R\$ 21,71	R\$ 651,30
10	10	UNI	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 30 (18X48) mm	R\$ 21,71	R\$ 217,10
11	10	UNI	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 50 (30X69) mm	R\$ 16,63	R\$ 166,30
12	10	UNI	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 55 (40X60) mm	R\$ 16,75	R\$ 167,50
13	5	UNI	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO R 24 (24X24) mm	R\$ 17,63	R\$ 88,15
14	5	UNI	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO R 30 (30X30) mm	R\$ 16,75	R\$ 83,75
15	5	UNI	BORRACHAS PARA CARIMBO DATADOR M 43 Q (43X43) mm	R\$ 24,08	R\$ 120,40
16	10	UNI	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 10 (10X27) mm	R\$ 15,00	R\$ 150,00
17	30	UNI	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 20 (14X38) mm	R\$ 15,35	R\$ 460,50
18	10	UNI	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 30 (18X48) mm	R\$ 15,00	R\$ 150,00
19	10	UNI	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 50 (30X69) mm	R\$ 16,67	R\$ 166,70
20	10	UNI	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO L 55 (40X60) mm	R\$ 20,92	R\$ 209,20
21	5	UNI	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO R 24 (24X24) mm	R\$ 14,45	R\$ 72,25
22	5	UNI	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO R 30 (30X30) mm	R\$ 15,75	R\$ 78,75
23	5	UNI	REFIL PARA CARIMBO DATADOR M 43 Q (43X43) mm	R\$ 18,63	R\$ 93,15
TOTAL					R\$ 17.038,35

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bens de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem essas últimas.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.038,35 (onze mil seiscentos e setenta e oito reais), conforme tabela acima.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B', DA LEI Nº 14.133/2021).**

2.1. O quantitativo dos itens a serem adquiridos equivale ao consumo anual, considerando o histórico de consumo na SR/PF/AC ao longo do ano de 2022.

2.2. A aquisição dos referidos materiais para a Superintendência Regional da Polícia Federal do Acre visa suprir a demanda de carimbos para os diversos setores operacionais e suas delegacias descentralizadas, para consumo pelos servidores, colaboradores e atendimento ao público.

2.3. Proporcionar condições essenciais ao bom funcionamento e desenvolvimento das funções no Edifício Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará e suas Delegacias Descentralizadas nas suas atividades meio e fim.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C', E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)**

3.1. A descrição dos materiais está contida no item 1.1.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D', DA LEI Nº 14.133/21)**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01/2010 e na política nacional de resíduos sólidos instituída por meio da Lei nº 12.305/2010.

4.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.1.3.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, vez que o objeto da presente contratação, por sua simplicidade e modalidade de aquisição, não requer tal exigência.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA "E" E 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021)**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho pela contratada, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, Rodovia BR-364, nº 3501 - Pedro Roseno, Rio Branco/AC, CEP 69917-672.**

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133/21)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa

de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI Nº 14.133/2021)**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

7.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

**8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas com os recursos consignados à SR/PF/AC, no Orçamento Geral da União para o exercício do ano de 2023.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rio Branco/AC, na data da assinatura.

**ALZIR FERREIRA SOARES**

Agente Administrativo  
Chefe do NUMAT/SELOG/SR/PF/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

**RICHARD DE MIRANDA SANTOS**

Escrivão de Polícia Federal  
Chefe do SELOG, Substituto

DESPACHO:

Considerando a necessidade de aquisição de carimbos automáticos, borrachas para carimbo automático e refil para carimbo automático, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização dos procedimentos necessários para a contratação pretendida.

**EDUARDO ROGÉRIO RODRIGUES DOS SANTOS**

Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO ROGERIO RODRIGUES DOS SANTOS**, Superintendente Regional, em 23/03/2023, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALZIR FERREIRA SOARES**, Chefe de Núcleo, em 23/03/2023, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICHARD DE MIRANDA SANTOS, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 23/03/2023, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **27767940** e o código CRC **572F3003**.

---

---

Referência: Processo nº 08220.000999/2023-17

SEI nº 27767940